



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**VILALBA DO NASCIMENTO ANDRADE PEREIRA**

**Inclusão do Surdo no mercado de Trabalho**

**JOÃO PESSOA-PB  
AGOSTO -2014**

**VILALBA DO NASCIMENTO ANDRADE PEREIRA**

**Inclusão do Surdo no mercado de Trabalho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do Diploma de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra

**JOÃO PESSOA – PB**

**AGOSTO – 2014**

P436i Pereira, Vilalba do Nascimento Andrade.

Inclusão do surdo no mercado de trabalho / Vilalba do Nascimento Andrade Pereira. – João Pessoa: UFPB, 2014.  
40f.

Orientador: Magno Alexon Bezerra Seabra  
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Surdez. 2. Mercado de trabalho. 3. Inclusão. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376 (043.2)

**VILALBA DO NASCIMENTO ANDRADE PEREIRA**

**Inclusão do Surdo no mercado de Trabalho**

APROVADO EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra-UFPB  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Paula Furtado Soares Pontes- UFPB  
(Professora Examinadora)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Edilene da Silva Santos- UFPB  
(Professora Examinadora)

**JOÃO PESSOA – PB**

**AGOSTO – 2014**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu a honra de estar neste momento concluindo este curso e a meu filho João Carlos que passou todos estes anos me acompanhando em toda trajetória e compreendendo minha ausência.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meu filho João Carlos, meu esposo Manoel Pereira e minha mãe Maria das Graças, que tiveram a paciência e compreensão da minha ausência em alguns momentos para dedicar-me a vida acadêmica.

Para que este momento esteja sendo realizado, agradeço o incentivo a retomar os estudos e ingressar a universidade a minha cunhada Vangeilca Juliana Lima, que sem este momento não estaria sendo concretizado.

Minhas amigas que ganhei no cursinho pré vestibular da UFPB, Jarlene Barbosa, Kelly Cristina e Jucilene da Silva com que tenho uma amizade que levarei para resto da minha vida. Minha irmã Graziela Cunha e minhas amigas que ganhei no convívio acadêmico, Abigail de Lima, Tamires Simões, Mayara Flôr e minha amiga- irmã do coração Ana Paula que me conquistou com sua amizade sincera e dividiu também sua família com a minha na qual agradeço muito todos os momentos vividos dentro e fora do meio acadêmico dentre outras amigas que conquistei e me conquistaram me deram força em todos os momentos que passei bons e ruins desde o início aqui destaco minhas amigas de ingresso à universidade Suenya Costa e Patrícia Magalhães no qual dividi alguns momentos difíceis da minha vida e agora partilho um dos momentos majestosos de muitos que virão.

Não posso deixar de agradecer a minha tia Josefa Alves, mais conhecida por Finha e meu primo Leonardo Alves, que me ajudou nos momentos que precisei no início do curso, cuidando do meu querido filho para estar frequentando a universidade e sempre me apoiando e incentivando em nunca desistir. Dentre outros como minha avó Rita, meu tio Claudilson que me deu muitas alegrias com suas conversas e descontração e minha tia Lourdes do Nascimento por me incentivar a ir em busca de realizar meus sonhos e almejar meus objetivos como também meus queridos vizinhos Rogério e Vanusa Cavalcanti que estiveram comigo fazendo parte desta caminhada e conhecem todas as minhas lutas e vitórias.

Neste momento não posso deixar de agradecer aos meus professores que fizeram parte deste capítulo da minha vida, em especial meu orientador Dr. Magno Alexon Seabra que me transmitiu extrema tranquilidade na elaboração e execução deste trabalho e as professoras Ana Paula Pontes e Edilene Santos no qual aceitaram prestigiar toda minha dedicação para elaborar e executar este trabalho de conclusão de curso. Aos diretores e professoras das escolas que me receberam para realizar os meus

estágios supervisionados, no qual sem eles eu não teria a aprendizagem e conhecimento que levo para minha carreira profissional. Por fazer parte de todas as minhas manhãs, agradeço ao nosso querido Marcelo por me receber com seu bom dia todos os dias e fazer com que as minhas manhãs fossem alegres e divertidas nos corredores da UFPB-CE.

Estas são apenas algumas de muitas pessoas na qual fazem parte do meu livro da vida, que guardo sempre comigo e que nunca me abandonaram nos momentos que mais precisei e que não poderia deixar de agradecer à vocês da Pedagogia 2010.2 que me receberam de coração aberto como se tivéssemos ingressado desde o primeiro dia na mesma turma, esta que é exemplo de respeito a todas as diversidades e qual não me arrependo de ter escolhido para ser a minha turma.

O gesto é o signo visual inicial que contém a futura escrita da criança, assim uma semente contém um futuro carvalho.

Vigotski,1998

## **RESUMO**

Neste trabalho procuro apresentar toda a trajetória de maneira sucinta desde o histórico que a pessoa surda percorre para ter sua escolarização e inserção no mercado de trabalho de maneira a qual as Leis e Decretos abordam e apresentam como inclusão social. A importância da escolarização do surdo com a inclusão conforme as Leis e sua inserção no mercado de trabalho logo após sua profissionalização, no decorrer do trabalho apresento as dificuldades que o surdo tem para dar continuidade nos estudos e para competir por uma vaga e como eles conseguiram estar atuando no mercado de trabalho. A pesquisa na qual apresento foi realizada na FUNAD, onde a instituição recebe todas as pessoas com deficiência de todas as regiões do Estado da Paraíba. Na execução do trabalho foram realizados estudos bibliográficos inicialmente e sucessivamente concretizados na pesquisa com surdos no qual estavam na instituição, que os mesmos estavam em processo que habilitação para serem instrutores ou estudando Libras para fazerem tentativas de ingressar no mercado de trabalho, nosso trabalho foi feito na FUNAD com 8 alunos surdos. Como base nos estudos literários e questionários com os surdos, eles apresentaram uma barreira ao sair do vínculo no qual eles iniciam como instrutores, no qual já realizaram anteriormente tentativas de inserção no mercado de trabalho no qual não obtiveram êxito e não contaram com as Leis que ajudavam a serem incluídos ate mesmo a de Cotas.

**Palavras-chave:** Inclusão. Surdo. Mercado de trabalho.

## **ABSTRACT**

In this work I try to present all the trajectory succinctly from the history that the deaf person goes through to have their education and entering the labor market in a way which the Laws and Decrees approach and present as social inclusion. The importance of education of the deaf with the inclusion under the Laws and their insertion in the labor market after their professionalization, in this work I present the difficulties that deaf people have to continue studies and to compete for a job and how they managed be acting in the labor market. The research was conducted in which I present in FUNAD where the institution receives all persons from all regions of the State of Paraíba disabilities. In doing the work initially and bibliographical studies were performed successively implemented in research with deaf people in the institution in which they were, that they were in process qualification or studying to be instructors Pounds to make attempts to enter the labor market, our work was done in FUNAD with 8 deaf students. As the basis of literary studies and questionnaires with the deaf, they presented a barrier to exit the bond in which they start as instructors, in which it already held earlier attempts at entering the labor market that have failed and have not had the Laws helped to include up to even the odds.

**Keywords:** Inclusion. Deaf. Labor market.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.SURDEZ.....</b>	<b>12</b>
2.1 HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	12
2.2 ASPECTOS BIOLÓGICOS DA SURDEZ.....	13
2.2.1AUDIOMETRIA.....	16
<b>3. ABORDAGENS EDUCATIVAS.....</b>	<b>17</b>
3.1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	17
3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	18
3.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	20
3.4 O BILINGUISMO NA ABORDAGEM EDUCACIONAL.....	21
<b>4. RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>24</b>
4.1 O TRABALHO EM SUA CONCEPÇÃO.....	24
4.2 INCLUSÃO SOCIAL.....	25
<b>5. METODOLOGIA .....</b>	<b>28</b>
5.1 TIPO DE PESQUISA.....	28
5.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	28
5.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	29
5.4 PROCEDIMENTOS.....	29
<b>6.ANÁLISE E RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho iniciou-se com indagações de como seria o futuro de alunos surdos em fase de escolarização, que foram inseridos no âmbito escolar regular por intermédio de Leis de inclusão e que em sala de aula pressupõe-se que não estavam sendo escolarizados com auxílio de intérpretes para haver uma comunicação entre professor e aluno.

Já com esta dificuldade na aprendizagem, como seria a dificuldade desta pessoa numa sociedade que ainda tem preconceito com as pessoas com deficiência, e ainda mais que tenha tido uma escolarização inadequada embora que seria prevista em Lei para uma inclusão escolar e social. Foram analisadas as Leis e decretos que foram elaborados como uma ferramenta para ajudar as pessoas com deficiência, especificamente a surdez, a serem inseridos na sociedade, na escola e posteriormente no mercado de trabalho, está vigorando na realidade dessas pessoas. Buscamos discutir como os alunos surdos estão sendo inseridos no âmbito escolar, sendo assim uma ponte mediadora para o mercado de trabalho, se as escolas regulares estão recebendo esses alunos de forma inclusiva, propiciando os recursos necessários para que haja um desenvolvimento social e intelectual destas pessoas.

Neste trabalho temos o objetivo de apresentar dificuldades dentro da realidade dos surdos para serem inseridos no mercado de trabalho mesmo após a reabilitação e profissionalização, apresentando a legislação pertinente à educação inclusiva no país, especialmente no que se refere à pessoa surda e analisadas o processo de escolarização das pessoas surdas sempre relacionando a importância da integração social do surdo após escolarização. Assim, foram realizadas pesquisas através de questionário com os surdos que estavam em processo de inserção no mercado de trabalho e com os que já estavam inseridos.

Embasando-se nas pesquisas, temos como contribuinte de uma educação de qualidade e que tem como enfoque a educação da pessoa com deficiência, Vigotski (1998) aborda em um de seus textos a pré- história da linguagem escrita, onde sistematiza a história da linguagem tratando os gestos como signos para exteriorizar a linguagem falada como uma comunicação do processo social. Para Vigotski (1998, p.141): “O gesto é o signo visual inicial que contém a futura escrita da criança, assim como uma semente contém um futuro carvalho”.

Sendo assim, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados, como uma língua que foi regulamentada conforme Leis e Decretos que foram estabelecidas para que houvesse a garantia de inclusão das pessoas com deficiência, sendo estas estabelecidas para que todos tivessem direitos iguais. Embora o fragmento retirado do texto de Vigotski remeta-se a aquisição da escrita de crianças após a expressão gestual, essa assimilação de gestos as palavras escritas pelas crianças surdas, quando havendo um suporte por profissionais desde esta fase, o desempenho futuro será muito melhor do que quando não há um significado para a criança surda na fase da aquisição de conhecimento, pois muitas vezes as crianças são tratadas como se não tivessem capacidade de aprenderem e posteriormente vão passando de ano escolar até chegarem à idade adulta se deparando com uma realidade que não lhe foi apresentada durante a escolarização onde a dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho torna-se dificultada necessitando do intermédio de instituições que dão suporte as pessoas que tem alguma deficiência e que passaram pela escolarização apenas para serem inseridas no contexto escolar.

Foram realizadas no desenvolvimento do trabalho as abordagens sobre a surdez, o histórico das pessoas com deficiência e seus aspectos biológicos de como é a surdez e os graus de níveis de decibéis, as abordagens educativas com a educação dos surdos no Brasil, a educação inclusiva e como iniciou-se as escolas de educação para surdos no Brasil, o atendimento educacional especializado de acordo com a Lei no Brasil, as abordagens educativas tais como a inclusão em sua concepção as relações de trabalho e a análise da pesquisa realizada.

## 1. SURDEZ

Neste texto vamos apresentar os aspectos da surdez, englobando seu histórico, os aspectos biológicos, como a surdez ocorre e seus níveis, abrangendo como se proceder em casos de suspeitas para eventuais tratamentos.

### 2.1 HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A história da pessoa com deficiência vem desde a antiguidade, uma delas são os registros históricos das pessoas que não seguiam as leis e acabavam sendo punidas e essas punições geravam a elas alguma perda de movimento físico, ficando sem função para a sociedade, já que todos os trabalhos exigiam força braçal, assim prejudicando o desenvolvimento de uma população. Conforme Santiago (2011, p.39) mostra na trajetória histórica que empreende as consequências destas punições sendo retratadas assim: “A quantidade de escravos deficientes, por conseguinte, era imensa e estas eram características (escravidão + deficiência ) que, quando combinadas, facilmente levariam os indivíduos à morte, tendo em vista que se tornavam desnecessários à produção”.

Desde antes de Cristo, as perseguições das pessoas surdas eram intensas, sendo elas eram tratadas como pessoas perigosas e doentes mentais incapazes de integrarem a sociedade. Skliar (1997, p.18) faz um recorte dessa situação histórica: “Os surdos, considerados também historicamente como pessoas incompletas, doentes e alienadas, passaram a ser vistos na atualidade como membros de uma minoria linguística e de uma cultura -ou contracultura - minoritária”.

Absurdos eram cometidos contra eles, por terem nascidos sem poder ouvir o mundo em sua volta da mesma forma que os demais. Fazendo um breve relato, os surdos comunicavam-se por gestos e foram impedidos de realizarem a comunicação gestual, sendo obrigados a falarem. Após esse período, em 1900, era proibida a comunicação por gestos, em 1960 foram submetidos a ouvirem sons altos como forma de aprenderem com a tortura, mediante a realização de um exercício de audição obrigatório. Anos posteriores tentavam eliminar por completo qualquer tipo de comunicação pelo surdo que não fosse oralmente. Por muitos anos segundo Lopes (2007) *experts* apresentavam diferentes formas de tratar a surdez:

A maioria deles produziu saberes que orientam grupos a olhar os sujeitos com surdez como capazes de serem “tratados”, corrigidos” e “normalizados” através de terapias, treinamentos orofaciais, protetização, implantes cocleares e outras tecnologias avançadas que buscam, pela ciborguização do corpo, a condição de normalidade. (LOPES, 2007,p.9)

## 2.2 ASPECTOS BIOLÓGICOS DA SURDEZ

Conheceremos a priori a parte biológica do ouvido humano, sucintamente como ele é constituído, pois é a partir dele que desenvolveremos nosso trabalho. O ouvido constitui-se em pequenas partes, que, quando em perfeitas condições, podemos ouvir os sons. Compreendem ao ouvido três partes: o ouvido externo, onde é constituído pelo pavilhão auricular que conhecemos por orelha; o ouvido médio, que possui três ossos menores: o martelo, bigorna e estribo que é responsável pela transformação da energia sonora e o ouvido interno que transforma a energia em impulso nervoso. Todo esse processo é o que faz com que o ouvido esteja apto a captar os sons emitidos e que quando há alguma lesão não é possível a detecção de sons ocorrendo a surdez no indivíduo.

Surdez é um impedimento de detecção de sons, parcial ou total, havendo vários graus de perdas auditivas que atualmente são diagnosticados previamente quando ainda recém-nascidos através do “Teste da Orelhinha” disponibilizado na triagem auditiva neonatal para o diagnóstico precoce da perda auditiva, dentre outros que são realizados quando os pais têm a percepção da falha da atenção dos bebês por sons ou barulhos. A perda auditiva pode ocorrer por vários fatores, pela hereditariedade, por doenças ou até mesmo higiene excessiva do ouvido que neste caso pode ser revertida ou exposição a sons muito altos. Nas palavras de Lopes (2007, p.8): “A ciência, no desejo de produzir conhecimentos capazes de explicar o desconhecido, inventou a surdez através dos níveis de perdas auditivas, das lesões no tímpano, dos fatores hereditários e adquiridos”.

Alguns graus de perda auditiva e o nível de decibéis (dB), de acordo com Pinto, (2012) são definidos como:

- Perda Leve ou Ligeira (26 a 40 dB)  
Ouve-se a palavra, mas certos elementos fonéticos ficam complicados de entender, preferencialmente conversa-se sempre de frente a pessoa;
- Perda Moderada (41 a 70 dB)

Ouve-se a palavra se for falada com intensidade, alta. A pessoa que tem uma surdez moderada utiliza-se muito do apoio visual dos lábios para facilitar no entendimento;

- Perda Severa (71 a 90 dB)  
A pessoa que obtém a perda auditiva severa, não é capaz de entender uma palavra em seu tom normal. O uso do aparelho auditivo é indicado, para que facilite o entendimento.
- Perda Profunda (superior a 90 dB)  
A audição está totalmente comprometida. Não reage aos sons ambientais, apenas a vibrações, como trovão, explosões e outros que permita a percepção das vibrações.

As pessoas surdas sofriam na sociedade, pois eram vistos como fora da normalidade que culturalmente o homem produz, e os chamavam de surdo-mudo, uma terminologia que ainda existem pessoas que utilizam dessa expressão sem o devido conhecimento. As pessoas que são surdas não necessariamente são mudas, pois elas não falam por não conhecerem os sons das palavras para poder emití-las.

As terminologias surdo-mudo, deficiente auditivo e surdo são as que por muitos anos eram usadas pelas pessoas, atualmente chegamos no surdo que é aquele que se assume como surdo e utiliza sua língua de sinais para comunicar-se. O deficiente auditivo é aquele que perde a audição e usa aparelho para ouvir e falar, neste contexto também está inserido quem perde a audição por doenças.

De acordo com Pinto (2011, p.22), “O fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. Pessoa surdas que não desenvolveram a fala, provavelmente não tiveram condições terapêuticas de aprenderem a falar com profissionais responsáveis pela dicção e expansão oral”.

Portanto, as pessoas surdas não falam por não terem desenvolvida sua dicção por profissionais, embora que encontramos surdos que são estimulados pela família a fazerem tentativas de forçar a fala através de exercícios que pela sensação da vibração do som, ajude para que ele tente emití-los.

Quando detectada uma perda da audição no início pode-se reverter ou amenizar a surdez, com a utilização de aparelhos auditivos ou implantes realizados por cirurgias. Atualmente, mesmo havendo recursos para detectar a surdez, muitas famílias só descobrem que a criança é surda no desenvolvimento dela e não buscam ou não tem a

possibilidade de buscar auxílio de profissionais, dificultando o seu desenvolvimento dela.

A pessoa surda, a partir do momento em que é descoberta sua surdez ou sua deficiência auditiva, para que haja seu desenvolvimento pleno, precisa-se dar início a sua educação de acordo com sua necessidade. Neste momento a família ou a pessoa responsável ao notar que seu filho não reconhece sua voz, ou qualquer sons precisa buscar ajuda profissional e conhecimento sobre o assunto, sendo a Libras um desse conhecimento para que desde cedo a criança torne-se independente igualmente as outras que aprenderam a falar e expressar-se em simples momentos de seu desenvolvimento. Quando a mãe ou responsável por esta criança tem o conhecimento da língua de sinais, fica mais fácil ajudá-la a comunicar-se desde cedo e inserir-se na sociedade sem tantas dificuldades, principalmente, na fase escolar.

Além do grau da surdez, Pinto (2012) descreve os tipos de surdez: a pré verbal que são os surdos que nasceram ou perderam a audição antes de desenvolverem a fala e a linguagem, e pós verbal que são aqueles que perderam a audição após o desenvolvimento da linguagem, ou seja, aprenderam a falar e entender outra língua oral antes de tornar-se surdo.

É importante que o surdo aprenda a sua língua para que ele tenha uma comunicação, é obrigação da família matricular a criança na escola para que o seu direito à inclusão seja garantido e o processo de escolarização iniciado, como está previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010) Art.205, onde diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Segundo Skliar (1997, p.128):

As crianças surdas, pelo seu déficit auditivo, não podem ser exposta nem estar imersas dentro da língua oral; existe, de fato, um obstáculo fisiológico para que isso ocorra. Para eles, a língua oral não é uma primeira língua, embora seja a primeira, e inclusive a única que lhes é oferecida.

O surdo deve aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que o seu desenvolvimento escolar e social seja atingido com êxito, muitos surdos que não aprendem a sua língua desde criança, não atingem a escolarização de forma igualitária aos demais alunos, pois a atuação do intérprete realizada em sala de aula só é bem sucedida pela compreensão do aluno. De acordo com Damásio (2007, p.49), intérprete é a pessoa que, sendo fluente em Libras e em Língua Portuguesa, tem a capacidade de

verter em tempo real (interpretação simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo(interpretação consecutiva), da Libras para o Português ou deste para a Libras.

### 2.2.1 AUDIOMETRIA

A audiometria é um exame que avalia e detecta a perda da audição nas pessoas, e que quando é detectada alguma anormalidade na audição é medida o grau da alteração podendo oportunizar a prevenção ou minimização da surdez futura, que neste caso é observado às falhas na sonorização previamente e o exame que confirma a suspeita. De acordo com Kirk e Gallegher (1996, p.234), “O audiômetro tem um receptor de condução óssea e um receptor de condução do ar podendo, conseqüentemente, medir a capacidade do indivíduo de receber o som através da condução óssea”. O indivíduo para realizar o exame de audiometria inicialmente os familiares presenciam alguns fatores que indicam essa necessidade, tais como a falta de atenção, ou começam a reclamar de falhas na audição, ou na realização de exames de admisão esse exame é realizado para verificar qual o nível que esse paciente enquadra-se. Este é um importante exame para detectar as falhas auriculares. De acordo com Bento (1998, p.84 e p.91):

- **Audiometria tonal:** É uma técnica de exames que se utilizam tons puros, se estabelecendo os limites mínimos de percepção sonora de um indivíduo.
- **Audiometria vocal:** Esse teste é uma complementação da audiometria tonal, ela avalia a capacidade de compreensão da voz humana.

Esses exames são indolores e avaliam a capacidade auditiva, é através desses exames que se faz a observação da condição da audição.

### 3. ABORDAGENS EDUCATIVAS

Neste texto será abordado o contexto educativo, como é o processo educativo das pessoas com deficiência, como o aluno surdo é atendido na educação inclusiva e toda sua educação conforme a política educacional.

#### 3.1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Por muitos anos os surdos passaram por perseguições e torturas para serem forçados a falarem e eram vistos como uma ameaça à sociedade, com o passar dos anos, de acordo com Pinto (2012, p.28) pessoas lutaram por eles para que fossem reconhecidos como indivíduos que necessitavam de apoio para se integrarem à sociedade. No século XIX, por iniciativa do surdo francês H Ernest Huet apresentou um relatório propondo uma educação ideal aos surdos brasileiros na época do império, a D.Pedro II com intenção de fundar a primeira escola de surdos, a “Imperial Instituto de Surdos-Mudos”, atualmente, o instituto INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), no Rio de Janeiro. Assim foi iniciada a educação dos surdos para que estes fossem integrados à sociedade, tendo uma educação direcionada a eles, que se encontravam abandonados pela à própria sorte.

O INES é reconhecido como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, oferecendo educação, e formação na educação bilíngue de pedagogia. Este processo é realizado em nosso Estado da Paraíba pela FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência), onde muitos alunos com deficiência após concluírem seus estudos retornam para terem uma qualificação e serem habilitadas, reabilitadas em Libras e inseridas no mercado de trabalho.

Apesar de muitos anos de lutas se passarem com conquistas das pessoas com deficiência, a história dessas pessoas ainda é marcada pela exclusão principalmente no mercado de trabalho, já que para se atuar profissionalmente a qualificação é indispensável, e quando o empregador se depara com candidato com alguma deficiência o mesmo não está preparado a atender, sendo necessário empregar a Lei de cotas para que seja imposta a inclusão e tentar amortizar um histórico tão humilhante e doloroso. É inevitável que seja aplicada a Lei de cotas para que possamos ter pessoas com deficiências no mercado de trabalho, sendo destinada um percentual de vagas de acordo

com o número de funcionários por empresas. Apesar de todas as dificuldades encontradas, as leis que estabelecem a cota para pessoa com deficiência é um grande avanço para que possam competir na sociedade capitalista e fazer valer o seu direito que está estabelecido, mesmo que o número de vagas sejam bastante reduzidas.

### 3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por muitos anos as pessoas com deficiência viviam escondidas da sociedade, até mesmo por proteção de seus pais, com medo dos olhares e julgamentos daqueles que desconheciam a deficiência. Ainda houve muita relutância para que as crianças deficientes começassem a frequentar escolas, pois os pais tinham medo que fossem maltratadas pelas outras crianças, fisicamente ou psicologicamente ficando distante do convívio da sociedade e exclusas do mundo sendo assim tratadas como pessoas incapazes de realizarem atividades como as demais.

A educação para as pessoas com deficiências, eram realizadas em Escolas Especiais que atuavam muito clinicamente, haviam terapias direcionadas aos surdos para que eles fossem instigados a eliminar qualquer tipo de gestos e eram obrigados a falar. Este tipo de Escola pouco a pouco foi deixando de existir, e deu-se início a educação para todos, sem que houvesse distinções de raça, cor ou deficiência e para que a educação inclusiva fosse consolidada passou-se por várias etapas, principalmente a superação de preconceitos mesmo por parte dos próprios pais, que muitas vezes escondiam seus filhos que tinham algum tipo de deficiência e não queriam que as pessoas soubessem. Muitos destes casos eram quando se falava nas crianças que nasciam com alguma deficiência seriam o fruto de pecados cometidos pelos pais, o que foi sendo desmitificado com o passar do tempo, mas mesmo assim ainda as pessoas com deficiência eram vistas com olhares assustados, pena ou curiosidade.

Apesar com muito receio de como seria a educação escolar de seus filhos, pais deram a oportunidade para que seus filhos convivessem em ambiente escolar do ensino regular e se socializarem, a princípio para que pudessem estar sendo incluídos no contexto escolar, e havendo em horário oposto um atendimento especializado destinado a deficiência que o aluno tivesse. Entretanto, de ser prevista na Constituição a garantia de ter uma educação para todos, faltavam profissionais qualificados e com a concepção de uma educação inclusiva, fazendo com que estes alunos com deficiência fossem

excluídos em sala de aula pela falta de experiência do novo. Este “novo” em sala de aula necessitou de reajuste para que consolidasse uma educação realmente para todos, havendo implantações de diretrizes e ações assim transformou a Educação Especial em Atendimento Educacionais Especializados (AEE), dentro das escolas e que até nos dias atuais ainda poucas escolas possuem este tipo de atendimento aos alunos com deficiência, para ser realizado em horário oposto ao das aulas, em salas multifuncionais para proporcionar ao aluno uma melhor aprendizagem. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (BRASIL, 2008, p.16)

A partir da inclusão dos alunos com deficiências nas escolas regulares e com apoio dos profissionais nas salas do AEE, é visível o desenvolvimento deles em sala de aula e socialmente, pois os outros alunos aprendem com o diferente e a respeitar o próximo. Segundo Sampaio e Sampaio (2009, p.27) “A educação inclusiva, na medida em que promove um ensino respeitoso e com significado para cada criança, favorece o desenvolvimento da consciência de que todos são igualmente beneficiários de direitos e deveres e incentiva o debate permanente sobre causas coletivas”.

Com a inclusão desenvolve-se desde cedo o respeito que todos são iguais mesmo que aparentemente apresente diferenças, de cor, raça, deficiência entre outras que esse respeito às crianças aprendem a ter com o próximo.

Na sala de atendimento ao aluno surdo é prevista com dois profissionais um que tenha pleno domínio da Libras que é a língua do surdo e outro que seja de ensino de Português. De acordo com BRASIL, (2007), apresenta alguns fatores para o desenvolvimento do aluno no AEE da escola inclusiva, a organização didática implica o uso de imagens visuais e de todo tipo de referência que colaborem no aprendizado dos conteúdos curriculares, o ideal é que o professor tenha pleno domínio da Língua de sinais para ministrar aulas em diferentes modalidades e o planejamento é elaborado e desenvolvido coletivamente pelos professores de Libras, da classe comum e os professores da língua Portuguesa, o atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem da Língua de Sinais. Assim, a educação

dos alunos surdos é realizada de acordo com as Políticas Públicas e o aluno que está sendo recebido na sala do AEE, dispondo de recursos necessários para um desenvolvimento educacional e social deste aluno.

Estes fatores influenciam no pleno desenvolvimento da educação do surdo, o que o torna bilíngue.

### 3.3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Para que a Educação inclusiva tivesse mais fundamentação, o documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, nomeado de Declaração de Salamanca, em um de seus pontos abordados foi sobre as áreas prioritárias na qual garantia a educação de todas as crianças de transição da educação para a vida adulta do trabalho.

Em 2003, o Brasil começa a mudar a realidade na educação de alunos com deficiência, o Ministério da Educação começa a colocar em prática a educação inclusiva nas escolas implantando o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, tornando as escolas inclusivas, democráticas e de qualidade. E mesmo de forma silenciosa a profissionalização para atuação na área, para que alunos estivessem sendo matriculados e inseridos no âmbito escolar, conforme a Lei está prevista, infelizmente os profissionais ainda são poucos para ocuparem os espaços educacionais.

Atualmente, alguns cursos disponibilizam a Libras em seu currículo para que seja dado suporte a esses alunos, muitas instituições contratam profissionais que não estão aptos a tal função que é tão importante para que seja concretizada a inclusão escolar, muitas vezes encontramos alunos matriculados em escolas para que sejam cumpridas as Leis, mas que não dão o suporte adequado para suprir as necessidades do aluno deixando um déficit de aprendizagem que posteriormente ele terá que retornar quando adulto a alguma instituição que oferece um apoio a deficientes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) dispõe que: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Infelizmente em muitas instituições de ensino fundamental ou mesmo superior apresentam apoio a alunos com deficiência, mas quando o aluno é matriculado esse

apoio não é concretizado, muitas escolas são referencias em quantidade de alunos matriculados, mas esses alunos ficam com seu nível de aprendizagem atrasado e o que deveria ser assegurado por profissionais não são realizados, deixando professoras (es) com o cargo de darem o suporte específico além de atuarem em salas com grande numero de alunos. Muitas vezes encontramos em escolas professoras (es), que atuam em sala de aula como cuidadoras, ministrando aulas tendo com alunos surdos sem intérpretes que é um direito do aluno, fazendo com que esse aluno fique prejudicado.

### 3.4 O BILINGUISMO NA ABORDAGEM EDUCACIONAL

Segundo Lopes, (2007, p. 67), a corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais, por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendida o mais cedo possível. O português, como língua majoritária – ensinada, de preferência, em sua modalidade escrita, deve ser a segunda língua aprendida pelo surdo. O bilinguismo é o ensino e aprendizado de duas línguas (língua portuguesa e língua de sinais), para os surdos que deve ser prioridade ao ensino das crianças.

- ✓ A primeira língua- Materna para os surdos que é a Língua Brasileira de Sinais a Libras, que envolve gestos e que deve ser aceita com primeira língua para o aprendizado da criança;
- ✓ A segunda a Língua falada no País, no caso no Brasil a língua Portuguesa, que deverá ser ensinada como segunda língua na modalidade escrita.

É importante que o surdo aprenda a sua língua para que ele tenha uma comunicação, a família tem que cumprir a sua obrigação de matricular a criança na escola para que o seu direito à inclusão seja garantido. O surdo deve aprender a Libras para que o seu desenvolvimento escolar e social seja atingido com êxito, muitos surdos que não aprenderam a sua língua, não atingem a escolarização da mesma forma aos demais alunos, pois a atuação do interprete realizada em sala de aula só é sucedida pela compreensão do aluno.

Para que o surdo tenha um desenvolvimento na sociedade, a sua educação consiste na aquisição da educação bilíngue que consiste na educação em Libras como uma primeira língua e a língua Portuguesa como a segunda língua. Quando a educação

do surdo torna-se prioridade ele tem a propriedade de lutar por uma profissionalização e um trabalho digno de sua capacidade.

A educação com bilinguismo para surdos viria minimizar as dificuldades de comunicação com os intérpretes em salas de aula, sendo que de forma ainda muito incipiente e falha, mesmo apresentando toda uma estrutura para a educação dos surdos, onde quem deveria estar em sala dando esse suporte, hoje vemos que alguns intérpretes não fazem tal função, prejudicando a educação que foi tão perseverada por todos eles e que enfim, conseguiram. A inclusão que as escolas oferecem a seus clientes tentando assim estarem atuando conforme as leis, colocando em salas de aulas pessoas para interpretarem a comunicação entre professor-aluno, muitas vezes não são qualificadas para tal função não possibilitando a oferta de uma qualidade de ensino para esses alunos ficando assim uma inclusão apenas em registros escolares para que possam estar supostamente cumprindo Leis.

É extremamente importante uma educação igualitária, para que as pessoas se sintam e se tornem capazes de atuarem em sua vida pessoal e profissional sem serem tratadas como “especiais” de forma que pareçam incapazes de realizarem suas atividades, é para isso que existem leis, decretos, teóricos e até mesmo relatos de pessoas que alcançaram seu objetivo vencendo as discriminações, exclusões e limitações expostas pela sociedade. Muito da realidade dos surdos já mudou através da luta pela dignidade das pessoas surdas e muitas outras deficiências e ainda há muito que se fazer para que todos tenham uma educação e uma inclusão de dignidade, e que seja compreendida a existência de identidades e cultura surda e que deve haver um respeito em relação a essa diferença também.

A educação das crianças com deficiências era oferecida exclusivamente por instituições que supriam a necessidade da deficiência que apresentavam, mesmo com a educação estando garantida por Lei na Constituição Federal, ela foi efetivada após vários anos, no ano de 2003 apenas que foi concretizada essa inclusão, com o programa de educação inclusiva, no qual a educação era realizada na escola regular sendo que em horário oposto o aluno estaria tendo aulas na instituição de suporte a sua deficiência.

Dispomos de alguns documentos que foram elaborados para que a educação fosse garantida como um direito social a todos, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a primeira a ser mencionada no documento seguindo pela saúde e o trabalho, tais que independente de cor, raça, todos tem esse direito garantido. Mesmo

com esse direito garantido, não fora colocada em prática, assim tornando-se inviável essa garantia quando muitos sendo leigos, e não a conheciam.

A Educação inclusiva prevê uma rearticulação da educação para que estratégias e métodos possam atender às crianças que tenham alguma deficiência para que elas possam ter uma educação de qualidade nas salas regulares de ensino, este é um direito previsto no Artigo 208º, inciso III da Constituição da Republica Federativa do Brasil. Em 1989, um ano após a Constituição Federal, a Lei n. 7.853 (BRASIL,1989), dispõe o apoio as pessoas com deficiência principalmente na área educacional e profissional apoiando e resguardando sua inclusão, não havendo o cumprimento sobre estes direitos constitui-se em crime a recusa, da matrícula de uma criança com deficiência constituindo um crime punível de reclusão e multa.

Portanto, a Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, reconheceu a LIBRAS como uma língua oficial brasileira, tornando obrigatória a presença do intérprete de LIBRAS nas instituições de ensino, órgãos públicos e instituições de saúde, garantindo o acesso à comunicação das pessoas com deficiência auditiva.

Sendo assim, a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS deve ser feita através de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em LIBRAS, que poderá ser realizado por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja reconhecido pelas instituições de ensino superior e instituições credenciadas pelas secretarias de educação.

## 4. RELAÇÕES DE TRABALHO

O trabalho é de grande importância em nossa sociedade, neste texto será explanada a concepção do trabalho e suas características tais como a inclusão social.

### 4.1 O TRABALHO EM SUA CONCEPÇÃO

Os homens viviam da caça, pesca e dos diversos alimentos que podiam plantar, sobreviviam e repartiam os alimentos que conseguiam de maneira igualitária. Com o passar dos séculos, o homem desenvolveu a agricultura e começa a criar animais e produzir excedentes e estes começaram a dominar a sociedade e iniciava neste momento a mão de obra escrava e a civilização começara com a divisão dos grupos em classes sociais, os proprietários e não proprietários, ou seja, a burguesia e o proletariado.

Neste momento em que as classes foram divididas e a ascensão capitalista dá-se início, segundo Tomazi (2012,p.207) a teorização de onde surgiu o trabalho, que vem do princípio do protestantismo, pois: “Weber desenvolveu a ideia de que a ética protestante foi fundamental para a existência do capitalismo, pois propiciou maior acumulação de capital ao valorizar o trabalho e um modo de vida disciplinado, responsável e racional sem gastos ostentatórios”. Alguns dos fatos importantes que marcaram a sociedade contemporânea foram a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Industrial (1760-1840), que esta desde os tempos mais remotos, o homem se preocupava com a manutenção da sociedade, com a sobrevivência nesta época.

De acordo com Aranha (2003,p.12) “No século XX, implantou-se o capitalismo moderno, financeiro, monopolizado. Este se caracterizou pelo surgimento dos grandes capitalistas, detentores do poder, que necessitam para alcançar os objetivos de aumento do capital”. Assim dá-se o início das funções na sociedade e o trabalho que vai mais além do que exercer uma função, uma atividade, essa palavra pode levar ao ser humano uma maneira de mostrar a uma sociedade que ele existe e faz parte dela. O trabalho não é apenas um meio de sustento, uma forma de uma inserção na sociedade, mas antes de tudo uma maneira de ter uma autoestima elevada sentindo-se útil, o ser humano cuidando do seu bem estar. E esse é um direito que todos têm previsto na Constituição de 1988, é um direito social, tais como a educação, saúde, moradia lazer e segurança.

De acordo com Albornoz, (1994) existem várias formas de expressar o que é trabalho, uma delas seria realizar algo que te traga um reconhecimento, que te expresse e fique para além da vida, outra seria a de esforço rotineiro e repetitivo que esta seria o trabalho que é realizado da mesma forma todos os dias, como o do trabalhador de fábricas ou agricultores que o esforço seria sempre da mesma maneira.

Nos dias atuais ainda vemos algumas formas de trabalho pela sua existência, como nas tribos indígenas e agricultores (os trabalhadores rurais) que desde muito cedo ensinam a seus filhos como trabalhar para a sua sobrevivência que é repassada culturalmente não atuando a ociosidade neste meio.

Essa é uma realidade que existe em todos os meios sociais, o trabalho é algo que renova o ser humano, é nele que se sente incluído, realizando algo com que seja reconhecido, a mais simples sendo ela, a pessoa sente-se digna. Essa sensação chega ser ainda maior quando esta inclusão social estende-se a uma pessoa com deficiência, que hoje só consegue atingir essa etapa da vida por intermédio de Leis de cotas para conseguirem um espaço, que é onde empregadores são obrigados a destinarem uma porcentagem de suas vagas a estes candidatos. Ainda podemos presenciar surdos em ônibus coletivo vendendo panfletos contendo alfabeto em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como forma de terem um sustento, já que dificilmente vemos surdos trabalhando em empresas, e principalmente quando atingem uma idade em que o mercado de trabalho já começa a desvalorizar e são forçados a trabalhar informalmente.

Em nossa sociedade vemos como é difícil a inserção no mercado de trabalho quando não há uma qualificação, ainda maior é essa dificuldade quando falamos de uma pessoa com alguma deficiência, onde para que um deficiente consiga uma vaga no mercado de trabalho tenha que se recorrer às Leis de cotas e quando se é inserido não é visto como uma pessoa com suas qualidades e apenas sua deficiência, temos que observar que o surdo é uma pessoa que tem todas as possibilidades de aprender qualquer função, basta haver uma qualificação, um treinamento adequado para que atue com satisfação.

## 4.2 INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social é importante desde o âmbito familiar, e em seguida na fase da escolarização, para que a pessoa com deficiência sintam-se integrado para quando iniciar

sua vida adulta no mercado de trabalho não se sinta excluído dentro da sociedade, dispomos na declaração de Salamanca, no artigo dezenove que as políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. E que a importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos.

Conforme Jesus (2009), a inclusão deve se iniciar no âmbito familiar, com a aceitação que existe uma pessoa com algum tipo de deficiência assim ela pode minimizar as limitações que poderão existir na vida dessa pessoa e dessa forma mostrar para a sociedade que ela pode mudar sua visão de que a pessoa com deficiência é limitada e incapacitada de serem inseridos no mercado de trabalho que eles podem sim, até serem melhores profissionais do que as demais pessoas.

Atualmente, mesmo com o reconhecimento da Libras como uma língua, ainda encontramos pessoas que desconhecem esta comunicação entre surdos, onde muitas acreditam que são simples gestos para indicarem algo que gostaria de expressar, no mercado de trabalho, muitos ainda se referem ao trabalhador surdo de maneira pejorativa como mudinho, por não compreender a sua deficiência menos ainda sua comunicação assim dificultando ainda mais a aquisição da linguagem para que possa comunicar-se com o surdo. Além da reabilitação profissional deveria haver também algumas oficinas ou a possibilidade dos funcionários estarem em contato com a Libras para que a inclusão seja efetivada no mercado de trabalho, embora para que a inserção no mercado de trabalho o Decreto nº 129/1991 (BRASIL), promulga a Convenção nº 159 da OIT sobre reabilitação profissional emprego de pessoas deficientes, os demais funcionários poderiam estar mesmo para seu convívio com o surdo ter esta possibilidade.

Propõe-se a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho para as pessoas com deficiência nas entidades da administração pública e do setor privado, porém sem especificar o percentual de vagas. Temos a disposição a Lei nº 8.213 de Julho de 1991 (BRASIL), que no artigo 93, obriga a empresa com 100 ou mais empregados, a preencher de 2% a 5% cargos com benefícios reabilitados ou pessoas com deficiências habilitadas, nas seguintes proporções:

I – Até 200 empregados	2%
II- De 201 a 500	3%
III- De 501 a 1.000	4%
IV- De 1.001 em diante	5%

E para que as empresas estejam dentro da Lei, há uma fiscalização adequada para cada procedimento com relação ao trabalho, que neste caso de pessoas com deficiência empregadas, a fiscalização fica a disposição dos Auditores fiscais do Trabalho (AFT) que os mesmos verificam se o percentual está de acordo com a Lei. Mesmo havendo a Lei para assegurar o direito da inclusão no mercado de trabalho, ainda é incerto estar vigorando nas empresas, já que muitas delas camuflam esse preenchimento de vagas, aparentemente escolhendo os tipos de deficiências que podem atuar na empresa ou setor, pois é muito difícil vermos pessoas com deficiência atuando, dando uma impressão que as pessoas deficientes não sejam capazes de atuarem em qualquer área do mercado de trabalho.

Temos a Lei nº 7.853/89(BRASIL, 1989), que foi criada para garantir às pessoas com deficiência a sua integração social. O documento tem como normas gerais assegurar o pleno exercício dos direitos básicos deste grupo social, incluindo o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à previdência social. No âmbito educacional, a lei reforça os direitos da criança e do jovem com deficiência à educação quando estabelece como crime [...] punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa o ato de:

Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta (BRASIL, 1989. Art.8).

## 5. METODOLOGIA

Para execução de nossa pesquisa, foram realizadas visitas a FUNAD, e aplicados questionários com 8 alunos que estavam frequentando, para que nesta forma fossem apresentados o percurso que eles fizeram para tentarem estar no mercado de trabalho desde sua escolarização.

### 5.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia utilizada para a execução do trabalho realizado foi caracterizada de forma qualitativa, que de acordo com (LOHN, 2010, p.6 apud CAJUEIRO, 2012,p.23) é a que interpreta valores, opiniões, atitudes e é utilizada, geralmente, para compreender fenômenos que vão além do quantificar e medir.

Foram realizadas visitas a FUNAD, para que houvesse um contato com surdos que retomaram os estudos para melhor se preparar para o mercado de trabalho, assim realizando pesquisas por meio de questionário de como foi a sua inserção na escola e se sentiu muitas dificuldades nesta inserção com o intermédio ou não de uma interprete de LIBRAS para a sua comunicação com o (a) docente, se ele foi realmente alfabetizado e esta apto a competir de forma igualitária no mercado de trabalho, e principalmente se ele sentiu algum tipo de discriminação ao tentar inserir-se no mercado de trabalho. Neste momento da pesquisa foram levantadas e sanadas hipóteses com alunos que acabaram de sair da escolarização e que estivessem frequentando a FUNAD, os alunos que acabaram de sair do processo escolar no semestre da pesquisa, de acordo com a direção setorial informara que não haviam alunos matriculados, portanto a pesquisa foi realizada onde os surdos já estavam há algum tempo no processo de profissionalização para serem inseridos no mercado de trabalho.

### 5.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 8 alunos surdos, que estavam em processo de profissionalização e capacitação, muitos dos quais eram instrutores de LIBRAS e outros ainda estavam tentando ser inseridos no mercado de trabalho.

### 5.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Para a realização da pesquisa utilizei neste processo um questionário para que pudesse ter o máximo de respostas e alguns momentos de diálogos com os que estavam abertos a expor suas dificuldades e para que de maneira sucinta tivesse um recorte de como foi o processo de escolarização e a integração social.

### 5.4 PROCEDIMENTOS

#### **1º Momento**

Para executar a pesquisa após estudos bibliográficos para conhecimentos históricos da surdez e seus processos de inclusão social e escolar. Fazendo com que a pesquisa seja desenvolvida fui direcionada a FUNAD, uma instituição conceituada no Estado da Paraíba que recebe alunos de todas as região do Estado para realizações de atendimentos direcionados a pessoas com deficiência, com diversos tipos de atendimentos desde clínicos à educação especial.

#### **2º Momento**

No campo da pesquisa me foi apresentada a instituição logo após, realizei uma breve apresentação aos alunos da CODAPA que estavam em capacitação para o mercado de trabalho, onde foi exposto aos alunos e direção que seria o questionário, e que nele estaria realizando um recorte da realidade vivida por eles, os surdos. Mesmo expondo sempre com o auxílio da intérprete, muitos indagavam se não era uma prova ou avaliação, era explicada cada pergunta realizava sempre contextualizando.

#### **3º Momento**

Após realização do questionário foram levantados os dados colhidos e analisados para melhor apresentação de como é de acordo com os surdos a inclusão no mercado de trabalho a partir das respostas adquiridas com os mesmos.

## 6. ANÁLISE E RESULTADOS

Para a realização desta pesquisa, obtive a colaboração de alguns alunos e instrutores que estavam em capacitação para o mercado de trabalho na CODAPA – Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Auditiva. Neste setor da FUNAD, além do trabalho de inclusão e reabilitação, também é feito um programa específico como, por exemplo, as aulas do sistema de libras e vários outros projetos que desenvolvem as capacidades do deficiente auditivo.

Segundo o FIEPB (Federação das indústrias do Estado da Paraíba), pelos dados do IBGE, na Paraíba existe pouco mais de quatro mil deficientes inseridos no mercado de trabalho, o número poderia ser bem maior, mais de 15 mil, se as empresas cumprissem a lei de cotas. As entrevistas foram realizadas com alunos que estão em processo de profissionalização na FUNAD, no qual foram realizadas com oito alunos.

Por ausência de matrículas de alunos surdos neste semestre, foram realizadas as entrevistas apenas em um setor da instituição, esta ausência que presenciei e que há por trás um desestímulo até mesmo por alguns pais ou responsáveis por estes alunos vindo das escolas regulares.

Em pesquisa realizada, seis alunos estão entre 18 a 30 anos de idade e dois entre 31 a 50 anos, que no geral eram alunos que estavam em processo para serem ou estavam sendo instrutores de Libras. Muitos destes recebiam incentivos da família, para estarem se profissionalizando para trabalharem e ter sua autonomia, que esta infelizmente menos sendo em minoria é um índice que pode haver em vários casos, famílias que não incentivam a estudar, muito menos trabalhar apresentando a parte mais cômoda de viver no índice da deficiência, retrocedendo a conquista que os surdos conseguiram após muitas lutas do seu reconhecimento como cidadão e estar inserido na sociedade como tal. Freire (2011, p.58) aborda em suas palavras que devemos sempre respeitar a autonomia: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. É esse respeito que todo cidadão necessita para viver em sociedade.

Apesar dos alunos entrevistados que, de acordo com eles foram incentivados a estudarem e trabalharem, a maioria estudou na Educação de Jovens e Adultos (EJA), poucos ficaram em salas de aula regular e um desses alunos apontou desistência por não

estar na realidade da turma a qual foi inserida, apontou que na sala tinham muitas crianças em relação a idade dela e para ela não era agradável estar nela, assim desistindo.

Os demais que continuaram a estudar cursam ensino superior em faculdades particulares onde encontraram apoio. Segundo o manual do AEE (BRASIL,2007, p.14): “A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares”. Estes, que estão realizando cursos na graduação e pós graduação, apresentavam grandes dificuldades de compreensão das perguntas realizadas havendo a intervenção da intérprete contextualizando sempre o que lhe era perguntado, assim notavelmente a ausência da interpretação da língua Portuguesa escrita. Segundo Quadros e Shmiedt (2006 p.33): “Os alunos não são letrados na sua língua quando se deparam a ter uma representação na língua portuguesa ao ser mediada por uma língua que haja significação. As palavras não são ouvidas pelos surdos, eles não discutem sobre coisas e seus significados no português, mas isso acontece na língua de sinais”.

Neste momento reforçam ainda mais as palavras de Salla (2014, p.17): “O discurso inclusivo, infelizmente, não veio acompanhado de políticas públicas que o viabilizassem, como investimento em formação adequada de professores para o ensino de Libras. [...] Soma-se a isso a falta de intérpretes e a ausência de uma estrutura inclusiva nas escolas”.

A partir das várias intervenções para compreender foi visto que apesar da maioria que estavam em ensino superior não conseguiam compreender as perguntas realizadas. Assim apresentavam um déficit de desenvolvimento da educação básica, na qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) dispõe que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Este é um dos fatores que prejudica a inserção destes alunos no mercado de trabalho, a maioria apesar de responderem que estão trabalhando não saiu do âmbito que foram habilitados eles para o mercado de trabalho, muitos trabalham como instrutores de Libras e não conseguiram se encaixar em outra função mesmo havendo as leis de

cotas para que eles tenham um percentual reservado por Lei, os empregadores sempre apresentam alguma dificuldade.

Apenas um entrevistado não está trabalhando atualmente, e onde eles trabalham, tiveram treinamento adequado para atender as suas especificidades e assim eles apresentaram que gostam de exercer a função atual. Mesmo com seus direitos estando dispostos os empregadores sempre buscam artifícios para não inserir os trabalhadores surdos em suas empresas, na Lei nº 7853 de 24/10/1989 (BRASIL) aplica os valores básicos que estão sendo retirados, tais como igualdade de tratamento e oportunidade no qual lhe é garantido, que em casos mesmo que isolados os surdos para serem inseridos no mercado de trabalho tem que ser oralizado para facilitar a comunicação, onde esta quem apresenta é o empregador no momento que o surdo vai à entrevista de emprego, mesmo sendo apresentado a ter um treinamento à equipe de sua empresa não é aberta oportunidade ao trabalhador surdo.

O oralismo segundo Goldfeld (2002) visa à integração do surdo na comunidade ouvinte, desenvolvendo a língua oral com o objetivo de fazer com que o surdo seja reabilitado a comunicar-se oralmente realizando leitura labial em sua comunicação. Para Pinto (2012, p.33) “Surdos oralizados são os surdos que comunicam apenas pela oralização, ou seja, pela leitura labial e fala”. E que estes para que haja uma comunicação o transmissor direcionar-se para emitir ao surdo de maneira clara, e sem ter nada impedindo a leitura labial, frontalmente e sem exageros nas articulações.

É alto o índice empregatício por indicação nas empresas, mesmo havendo uma quantidade de vagas destinadas as pessoas com deficiência nos concursos, apenas 1 entrevistado trabalha através do concurso público e 2 pelo processo seletivo (currículo), poucos conseguem entrar na competitividade, pois o nível de aprendizagem na escolarização foi prejudicado por ausência da verdadeira inclusão em sala de aula, que sempre prejudica o aluno que busca almejar sua independência, sua autonomia. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; (2007, Art.24).

A maioria dos entrevistados que fazem reabilitação na FUNAD são instrutores, e que gostam muito de trabalhar nessa função além de terem outros surdos para que possam comunicar-se, dos 8 entrevistados, 5 trabalham na função de 1 a 5 anos, enquanto os demais estão na reabilitação para realizar as tentativas de serem recebidos no mercado de trabalho. Os surdos no qual foram entrevistados, mesmo atuando em ambiente em que tem outros surdos, necessitam de ajuda para realizar suas atividades, ressaltando que estes realizam trabalho de instrutores assim, tem a necessidade de estarem sempre no processo de aprendizagem já que a Libras é uma língua no qual se pode ocorrer novos sinais para contextos que ainda não possuem. Afinal, somos seres condicionados mas, inacabados, segundo Freire (2011,p.52) “ Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele”.

No desfecho de nossa entrevista foram apresentados quase que metade dos surdos, ou seja cinco não fizeram muitas tentativas para ingressarem no mercado de trabalho e os demais informaram que foram realizadas diversas tentativas.

Para que esses alunos sejam inseridos no mercado de trabalho eles são acompanhados por intérpretes em alguns casos para facilitar a comunicação com o empregador, e apresentar suas vantagens empregatícias ao oportunizar a inclusão do surdo no mercado de trabalho. A FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) apresenta vários fatores positivos às empresas com a contratação do surdo, pois é um investimento alcançando várias possibilidades, tais como:

- Aumento da atenção concentrada no ambiente de trabalho;
- Valorização do emprego pelo surdo pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho;
- Descoberta de talentos desconhecidos e potenciais diversificados;
- Enriquecimento do grupo funcional.

Ainda são encontradas várias dificuldades em receber trabalhadores com deficiência mesmo com as abordagens inclusivas pelas Leis, as empresas sempre buscam apresentar fatores inexistentes para exclusão.

Todos os surdos que estão na FUNAD estão realizando cursos e que cinco dos entrevistados não gostariam de trabalhar em qualquer área que lhe dessem oportunidade,

pois informaram que a área de sua formação é educação e os três que informaram que gostariam sim, para ter conhecimento na área e ter experiência no mercado de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi de suma importância para trazer à tona uma realidade no qual vivemos e que muitas pessoas acreditam estar sendo respeitadas as Leis que existem para retirar as pessoas com deficiência do anonimato e fazer com que elas mostrem suas potencialidades juntamente com a sociedade no qual está inserida. Uma exclusão que temos, com todos os direitos previstos e que são negados de maneira sutil, para que não transpasse esta negação, impedindo de exercer a sua cidadania de maneira igualitária.

Na realização deste trabalho obtive respostas na qual havia muitas dúvidas que buscamos sanar, nesta pesquisa obtive informações nas quais muitas pessoas se despreocupam em ter informações do que realmente acontece apenas por existir as Leis. Estas que foram descartadas sua efetivação nas respostas das entrevistas.

Embora havendo esse recorte, foram fundamentais para esta pesquisa ser executada e obtida suas análises que apresentam um importante momento da vida das pessoas surdas.

Todos nós merecemos uma verdadeira cidadania, exercendo nossos direitos e deveres políticos e sociais executar uma verdadeira inclusão, que infelizmente não temos concretamente onde os surdos possam estar apresentando suas potencialidades e não apenas sua deficiência, que apesar de termos as Leis de inclusão e a Lei de Libras nos cursos de formação espera-se que em um futuro bem próximo faremos pesquisas mais positivas desde a inclusão na educação com novos profissionais que estão sendo capacitados quanto nas empresas.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da Identidade pessoal e social** por Maria Salete Fábio Aranha - São Paulo: SORRI-BRASIL. Brasília: CORDE, 2003.

ARAÚJO, Diego. Notícias. **Empregabilidade da pessoa com deficiência**. Disponível em: <[http://www.fiepb.com.br/noticias/2014/07/14/empregabilidade\\_da\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_sera\\_discutida\\_durante\\_seminario\\_em\\_joao\\_pessoa](http://www.fiepb.com.br/noticias/2014/07/14/empregabilidade_da_pessoa_com_deficiencia_sera_discutida_durante_seminario_em_joao_pessoa)>. Acesso em 16 de Jul.2014.

BENTO, Ricardo Ferreira. **Tratado de Otologia**. São Paulo: USP, 1998. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=vld9oYv\\_E4C&pg=PA86&dq=audiometria&hl=ptPT&sa=X&ei=TSWRU4TcDbfMsQTEIxILQAQ&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=audiometria&f=false](http://books.google.com.br/books?id=vld9oYv_E4C&pg=PA86&dq=audiometria&hl=ptPT&sa=X&ei=TSWRU4TcDbfMsQTEIxILQAQ&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=audiometria&f=false)>. Acesso em 03 de maio de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Atualizado até 7 jan.2010. Organização de Marcos Antônio Oliveira Fernandes e Rodrigo Carneiro Cipriano. 16. edição , São Paulo: Rideel, 2010.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de Dez. de 1996. 5ed. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. **Secretaria da Educação Especial**. Lei Nº 7.853 de 24 de Out. de 1989. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/cieh/doc/lei\\_7853\\_89.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cieh/doc/lei_7853_89.pdf)> Acesso em 20 de out.2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez**. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)>. Acesso em: 07. abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> >. Acesso em: 07 de abr. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. Plexus Editora, 2002. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=bM\\_MhU5SUWsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=bM_MhU5SUWsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 20 de abril.2014.

JESUS, Lisiane Nunes de. **Inclusão do deficiente auditivo:** Alicerce: família, escola e sociedade. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

KLEIN, Madalena. **Surdez, educação e Trabalho:** Discursos Constituindo o surdo Trabalhador. Educação online. 11 de Nov. de 2001. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58)> Acesso em 27 de out. 2011.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller; SCHMIEDT, Magali L.P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEEESP, 2006. p. 33

SALLA, Fernanda. Educação em debate. **Nova escola.** São Paulo, Abril, n.271, p.17.2014.

SAMPAIO, Cristiane; SAMPAIO, Sônia. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida.** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história das pessoas com deficiência:** aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa. Ed. Universitária da UFPB, 2011.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.p.8-20.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YOSHIDA, Maria Aparecida Gomes Bronhara. Pessoas com deficiência: legislação, acessibilidade e trabalho. **Boletim Epidemiológico Paulista.** Set, 2008. vol.8. Nº54. Disponível em: <[http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa57\\_deficiencia.htm](http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa57_deficiencia.htm)> Acesso em: 27 de out. 2011.

# APÊNDICE

## Questionário

1.Você está entre qual faixa etária(idade)?

**18-20    20-30    30-40    40-50**

2.Recebe incentivo da família em relação ao trabalho?

**Sim                      Não**

3.Qual o nível mais elevado de instrução que completou?

**3ºciclo (EJA)                      Ensino médio                      Graduação                      Pós  
graduação**

4.Você está trabalhando atualmente, gosta da função que exerce e teve treinamento adequado?

**Sim                      Não**

5.Como entrou para a entidade empregadora?

**Indicação                      processo seletivo (currículo)                      concurso**

6.Há outras pessoas surdas em seu local de trabalho? Há quanto tempo esta na atividade atual? Para realizar sua função necessita de ajuda?

**Sim                      Não**

7. Fez muitas tentativas para ingressar no mercado de trabalho?

**Sim                      Não**

8. Está realizando algum tipo de curso e gostaria de trabalhar em qualquer área que lhe dessem oportunidade?

**Sim                      Não**

9.Por qual motivo?